

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.083 - MG (2019/0252108-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ADEMIR ALVES ROSS
ADVOGADO : SEBASTIAO DE OLIVEIRA MATHEUS - MG092835
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.
PROCESSUAL PENAL. CORRUPÇÃO PASSIVA. VEREADOR.
MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO DA FUNÇÃO DEFERIDA
PELO JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.
CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. RECURSO
DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ADEMIR ALVES ROSS, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n.º 1.0000.19.086709-3/000).

Consta nos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 22/07/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 317 do Código Penal, por três vezes, pois, na condição de Vereador do Município de São Sebastião do Paraíso/MG, o Acusado teria solicitado e recebido quantia – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – para votar em favor do Prefeito em Comissão Parlamentar Processante na Câmara de Vereadores. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que, em 06/08/2019, concedeu parcialmente a ordem para (fls. 141-142; grifos diversos do original):

"[...] revogar a Prisão Preventiva do Paciente, Ademir Alves Ross, impondo-lhe Medidas Cautelares Diversas da Prisão, nos termos do art. 319 do CPP, consistentes em:

- a) Comparecimento a todos os atos do processo;*
- b) Proibição de ausentar-se da Comarca sem prévia autorização judicial;*
- c) Manutenção dos endereços residenciais e de trabalho atualizados; e*
- d) Suspensão do exercício da função na Câmara de Vereadores do Município de São Sebastião do Paraíso/MG (art. 319, VI, do CPP), tendo em vista a utilização da função pública para a*

prática de infrações penais."

Neste recurso, a Defesa sustenta que, "[n]as medidas cautelares fica claro, que houve erro por parte da câmara que manteve a medida, contrariando princípios constitucionais, principalmente a independência dos poderes, já que a casa legislativa é quem deve ser acionada para discutir cassação ou afastamento de parlamentar" (fl. 152). Também cita acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cautelar n.º 4.327/DF.

Requer, inclusive liminarmente, seja excluída "a medida cautelar de afastamento do Paciente da função de vereador na cidade de São Sebastião do Paraíso-MG" (fl. 165).

O pedido liminar foi indeferido às fls. 171-173.

As informações foram prestadas às fls. 177-179 e 183-191.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (fls. 193/194).

É o relatório. Decido.

Conforme relatado, a Defesa se insurge contra a medida cautelar imposta pela Corte de origem de suspensão do exercício do cargo de Vereador do Município de São Sebastião do Paraíso/MG, ao argumento de que houve ofensa a "*princípios constitucionais, principalmente a independência dos poderes, já que a casa legislativa é quem deve ser acionada para discutir cassação ou afastamento de parlamentar*" (fl. 152).

No entanto, a irresignação não prospera, pois, consoante entendimento firmado em diversos precedentes desta Corte Superior, "[o] **Judiciário está autorizado a aplicar as medidas do art. 319 do Código de Processo Penal e, no caso de Vereador, não aplicar o art. 53, § 2º, da Constituição Federal, eis que destinado a Senadores, Deputados Federais, e, pela extensão do art. 27, § 1º, da Carta Magna, a Deputados Estaduais**" (RHC 94.002/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 21/05/2019; sem grifos no original).

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CONCUSSÃO. MEDIDA CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE

ILEGALIDADE. ORDEM DENEGADA.

[...]

6. 'O artigo 53, § 2º, da Constituição Federal, que instituiu a denominada incoercibilidade pessoal relativa, refere-se a deputados federais e senadores, disposição estendida a deputados estaduais por determinação do artigo 27, § 1º, do texto constitucional e por incidência do princípio da simetria, não estando os vereadores incluídos em tais disposições. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (ADI 371/SE e HC n. 94.059/RJ). Possível, pois, juridicamente, que o Juiz de primeiro grau, fundamentadamente, imponha aos parlamentares municipais as medidas cautelares de afastamento de suas funções legislativas sem necessidade de remessa à Casa respectiva para deliberação.' (RHC 88.804/RN, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017).

[...]

8. Ordem denegada."

(HC 396.684/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 24/05/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora